

Deputados assinam carta de reivindicações

NORDESTE Uma lista com sete reivindicações consideradas fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste foi definida ontem por presidentes de sete das nove assembleias legislativas da região (ParlaNordeste), em encontro realizado na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). O documento foi batizado de Carta de Salvador, fruto das discussões realizadas ao longo do dia.

Entre as principais reivindicações estão mudanças na reforma da Previdência. Assim como os governadores nordestinos, presidentes de assembleias são contra as mudanças na aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como o modelo de capitalização.

Na carta eles incluíram ainda a necessidade de re-discussão do Pacto Federativo e a adoção de medidas contra o que chamaram de "preços abusivos" das passagens aéreas após a crise da Avianca, companhia que está em processo de recuperação judicial. O documento será entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), antes do recesso junino do Parlamento.



Presidentes de sete assembleias nordestinas posam no CAB, em Salvador

Além destes pontos, eles mantêm mobilização pela manutenção do Banco do Nordeste, por ações de preservação do Rio São Francisco e pelo marco regulatório do saneamento básico. Também se posicionaram contra o fim gradual dos descontos nas tarifas de energia elétrica ao agricultor irrigante (que usa irrigação no cultivo) e ao aquicultor. Estas reivindicações serão discutidas nas próximas reuniões do ParlaNordeste e podem fazer parte de uma nova carta para levar ao Congresso.

Os presidentes declararam apoio à reforma da Previdência, mas se posicionaram contra a proposta de retirar estados do texto - com isso, as assembleias teriam que, em votação, convalidar a reforma em seus respectivos estados. "A vida acontece em estados e municípios, não faz sentido não ampliar a reforma a estes entes", disse o presidente da Assembleia do Ceará, José Sarto (PDT).

O presidente da Alba, Nelson Leal, ressaltou que, para

as cidades menores, a aposentadoria para trabalhadores rurais e o BPC representam impacto maior na economia do que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita das pequenas e médias localidades. "O BPC e a aposentadoria rural significam um volume de recursos maior do que o FPM. Além de serem instrumentos para ajustar a desigualdade, são importantes componentes da economia."

LUAN SANTOS

ARISSON MARINHO



Estados enfrentam crise, mas sobram recursos no Judiciário e no Legislativo

Enquanto governadores têm contas em atraso e não conseguem pagar em dia servidores, demais Poderes dos Estados registravam no fim do ano passado sobra de R\$ 7,7 bi

Idiana Tomazelli e Rafael Moraes Moura, O Estado de S.Paulo

10 de junho de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Imunes às tesouradas nos gastos quando há frustração na arrecadação, os poderes **Legislativo, Judiciário, Ministério Público** e Defensoria dos Estados tinham no fim do ano passado uma sobra de R\$ 7,7 bilhões em recursos livres, que poderiam ser usados para bancar outras despesas, segundo levantamento do **Estadão/Broadcast** com dados fornecidos pelos próprios órgãos ao **Tesouro Nacional**. Enquanto isso, os **Executivos dos Estados continuam com contas atrasadas** e muitos não conseguem colocar salários de servidores em dia.

Hoje, os governadores assumem sozinhos o ajuste nas contas e são obrigados a repassar integralmente aos demais Poderes a parcela mensal de recursos prevista no orçamento, chamada de “duodécimo”, mesmo que a projeção de despesas já não seja mais factível diante da queda nas receitas.

Legislativo, Judiciário, MP e Defensoria ficam blindados do aperto e com recursos disponíveis para conceder reajustes e outros benefícios Foto: Dida Sampaio/Estadão

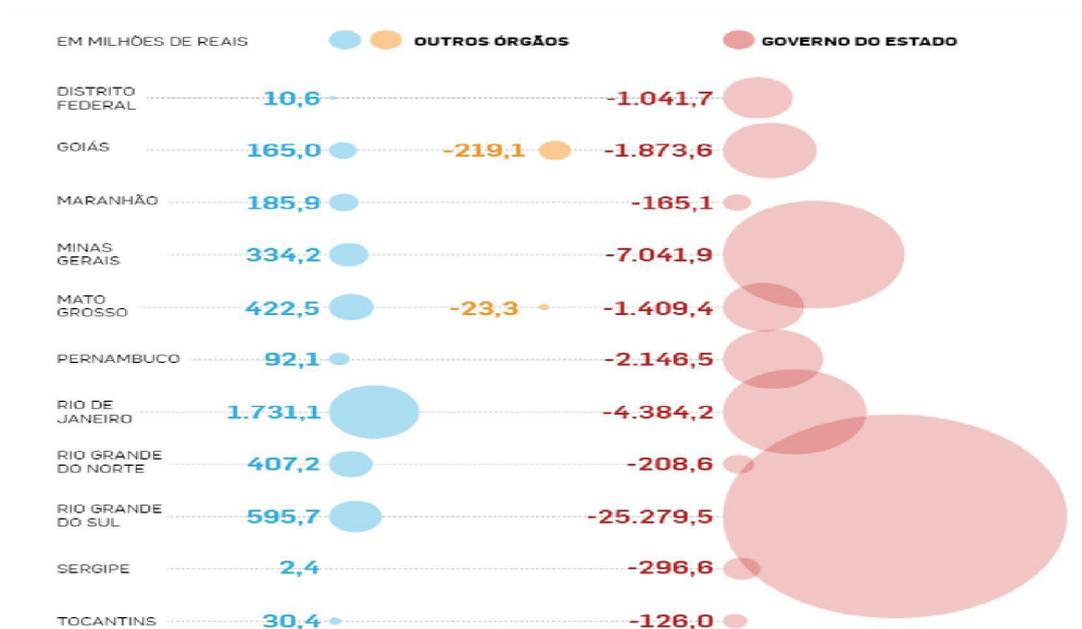
A situação agrava as dificuldades dos Executivos estaduais, que são responsáveis por gastos prioritários como saúde, educação e segurança, mas precisam fazer um

contingenciamento maior que o realmente necessário para garantir a transferência aos demais Poderes. Enquanto isso, Legislativo, Judiciário, MP e Defensoria ficam blindados do aperto e com recursos disponíveis para conceder reajustes e outros benefícios, como auxílio-moradia.

A **Advocacia-Geral da União (AGU)** chamou a atenção para o problema em memorial enviado a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No documento, obtido pelo Estado, a AGU defende o uso de um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite aos chefes dos Executivos bloquear recursos dos demais Poderes, caso eles não adotem essa providência em situações de frustração de receitas. “Não pode haver um primo rico e outro pobre. Devemos, sim, todos ser solidariamente responsáveis pelo sucesso do Brasil”, disse ao Estado o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça.

Dinheiro sobrando

Veja quanto sobrou de recursos nos demais poderes de Estados cujo poder Executivo ficou com caixa negativo no fim de 2018



O compartilhamento já ocorre na União porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) federal tem uma norma que estende os efeitos do contingenciamento aos demais Poderes. Mas nem todos os Estados têm força política para incluir isso em suas LDOs,

com aval das assembleias. Legislativo e Judiciário, por exemplo, até podem devolver o dinheiro ao Tesouro estadual por iniciativa própria, mas isso não ocorre na prática.

Por isso, a AGU quer que o STF permita aos Executivos usar o instrumento da lei que torna possível o bloqueio de recursos em caso de omissão dos demais Poderes ante a necessidade de conter despesas. A corte deve julgar a validade desse e de outros dispositivos da LRF em 26 de junho.

Dinheiro ‘sobrando’

Segundo a AGU, diversos Estados e municípios têm verificado que os demais Poderes deixam de realizar a limitação dos gastos e, sem respaldo jurídico para que o Executivo faça o bloqueio, “ficam de mãos atadas”.

O próprio Tesouro Nacional destaca a questão no memorial da AGU. “Apesar de o Poder Executivo ter dificuldades, outros Poderes acumulam grandes volumes de recursos não vinculados em suas contas, os quais são oriundos, em sua grande maioria, dos duodécimos repassados pelo Executivo, mas que não foram gastos por eles”, diz o órgão.

No **Rio de Janeiro**, o Executivo fechou o ano de 2018 com um rombo de R\$ 4,4 bilhões. Mas havia nos cofres do Judiciário R\$ 1,15 bilhão em recursos disponíveis e livres de qualquer vinculação – ou seja, poderiam ser remanejados para qualquer área. O Ministério Público tinha outros R\$ 389,5 milhões sobrando no caixa. Defensoria, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado reuniam mais R\$ 192,6 milhões. No **Mato Grosso**, o Executivo ficou com o caixa no vermelho em R\$ 1,4 bilhão no fim do ano passado, enquanto sobravam R\$ 417,1 milhões nos cofres do Judiciário e do Ministério Público.

Já no **Rio Grande do Norte**, a sobra de recursos de R\$ 281,8 milhões nas contas do Judiciário seria suficiente para cobrir a falta de R\$ 208,6 milhões em recursos não vinculados verificada no fim de 2018. A situação é tão discrepante que o Judiciário chegou a “negociar” com o Executivo um adiamento nos repasses, desde que os valores sejam repostos no futuro – ou seja, foi realizada uma operação de financiamento entre Poderes, segundo o Tesouro Nacional.

Socorro

A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman e ex-secretária de Fazenda de Goiás, diz que o repasse dos duodécimos é uma questão importante e gera uma “briga constante”. “Os demais Poderes entendem que, uma vez definido o duodécimo, mesmo que eles não executem todo o orçamento, eles têm direito a esse recurso”, diz.

Ana Carla cita que a proposta de um novo socorro aos Estados apresentada pelo governo prevê, entre as medidas de ajuste que os governos podem aprovar como pré-requisito à adesão, a instituição de uma conta única. “Esses recursos seriam revertidos para o Tesouro estadual para serem realocados no exercício seguinte, que é o que faz sentido”, avalia.

O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, afirma que, para alguns Estados, a possibilidade de bloquear recursos dos demais Poderes seria “uma medida importante”. “De forma geral, uma maior efetividade da LRF tem simpatia de grande parte dos secretários, senão de todos”, diz.

Estados evitaram alterar Previdência de seus servidores

Governadores evitam elevar alíquota e recorrer à previdência complementar

MARCHA LENTA

Apesar da crise fiscal, 16 estados não criaram regimes de Previdência complementar



ESTADOS QUE EXTRAPOLARAM A LRF

Proporção entre as despesas com pessoal e a receita disponível para gastos, segundo critério do Tesouro, em 2018

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal

Limite prudencial: 52%
Limite máximo: 60%

Mato Grosso do Sul	76,8%
Rio Grande do Norte	72,1%
Mato Grosso	64,9%
Acre	63,5%
Paraíba	63,2%
Paraná	61,1%
Alagoas	60,6%
Pernambuco	58,5%
Pará	57,9%
Tocantins	55,8%
Amazonas	55,6%
Piauí	54,8%

DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DOS ESTADOS*

Em 2017, em R\$ bilhões

*Os estados mais novos da Federação (Amapá, Tocantins, Rondônia e Roraima) não têm déficit em seus regimes previdenciários

Paraná	4,8
Pernambuco	2,6
Rio Grande do Norte	1,5
Ceará	1,4
Paraíba	1,2
Mato Grosso do Sul	1,2
Alagoas	1
Mato Grosso	1
Maranhão	0,9
Piauí	0,9
Amazonas	0,7
Pará	0,5
Acre	0,3

Fontes: governos estaduais e Tesouro Nacional

Editoria de Arte

Mesmo diante da crise fiscal, 16 estados ainda não adotaram a previdência complementar, e 14 praticam a menor alíquota previdenciária permitida em lei, de 11%. O atual projeto de reforma da Previdência torna obrigatório o percentual de 14% para servidores estaduais.

Autorizados há mais de duas décadas pela Constituição a criar regimes de previdência complementar para aliviar o rombo nas contas públicas, mais da metade dos estados (16) cruzou os braços e continua sobrecarregando os cofres estaduais com o pagamento de aposentadorias acima do teto do INSS de R\$ 5.839. A maioria dos governos (14) também

pratica a menor alíquota previdenciária permitida por lei, de 11%, apesar do quadro de completo desequilíbrio fiscal.

Os números mostram a pequena disposição de governadores para mexer na Previdência do setor público. Hoje, um dos principais debates em torno do projeto é justamente se as mudanças nas aposentadorias ficarão restritas ao governo federal ou se serão estendidas a estados e municípios.

VOTAÇÃO EM SEPARADO

O presidente da comissão especial na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), disse ontem ter sugerido ao relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que mantenha todos os entes da federação na proposta. Porém, seria feito um acordo com os líderes dos partidos para votar esse ponto separadamente, via destaque ao texto.

Para ele, a carta de apoio à reforma assinada na semana passada por 25 governadores é insuficiente para fazer com que os parlamentares, sobretudo do chamado “centrão”, aprovelem a aplicação imediata das novas regras para os servidores estaduais e municipais. Por isso, vai pedir a governadores a lista com o número de votos dos parlamentares favoráveis à inclusão dos estados.

— Não basta os governadores de PT, PDT e PSB assinarem manifesto de apoio pela permanência dos estados na reforma se toda a bancada vai votar contra — disse Ramos.

A situação previdenciária dos estados é dramática. Em quatro anos, o déficit saltou de R\$ 47 bilhões para R\$ 88,5 bilhões. São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio têm os maiores rombos em números absolutos. Somente os quatro estados mais novos do país (Amapá, Tocantins, Roraima e Rondônia) não registram insuficiência financeira.

O projeto do governo Jair Bolsonaro propõe que a implementação da previdência complementar deixe de ser opcional e passe a ser obrigatória e que a alíquota mínima de contribuição dos servidores suba de 11% para 14%. Dos 16 estados que ainda não adotaram a o regime complementar, dez mantêm a alíquota de 11%.

A demora em dar resultados é a principal razão para que estados não invistam na implementação de regimes de previdência complementar

— A previdência complementar é algo que só vai começar a aliviar as contas da previdência depois de 35 anos de implementação. Além disso, ela tem um custo de implantação. Qual é o governante que, sem ter dinheiro para pagar as contas agora, vai pensar nisso? Deveriam pensar, mas essa é a forma do setor público tomar decisão no Brasil — afirma o economista Raul Velloso, um dos entusiastas da inclusão da previdência complementar na reforma de 1998.

A principal vantagem da previdência complementar é acabar com as aposentadorias integrais bancadas pelos cofres públicos. Por esse sistema, o estado paga o benefício até o teto do INSS, e o servidor complementa sua aposentadoria com a contribuição feita ao regime de capitalização. Alguns estados aprovaram projetos no legislativo instituindo o regime, mas eles estão engavetados. É o caso de Paraná e Rio Grande do Norte.

— Não acreditamos que a previdência complementar é a solução do problema. Ela piora o cenário de déficit porque reduz a contribuição do servidor para o regime próprio. Achamos que temos que enfrentar o problema por outro ângulo, como reduzindo a terceirização de mão de obra no setor público — disse o presidente do Instituto de Previdência do Rio Grande do Norte, Nereu Batista Linhares.

No Paraná, Ratinho Junior (PSD) promete enviar novo projeto de lei.

São Paulo foi o primeiro estado a criar um regime de previdência complementar no país e tem o maior sistema em funcionamento, com quase 30 mil servidores, além de administrar a carteira do funcionalismo de Rondônia e, a partir de julho, de Mato Grosso do Sul. O déficit previdenciário paulista foi de R\$ 18 bilhões em 2018. Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, Carlos Henrique Flory defende que a iniciativa tem retorno a longo prazo garantido.

— No caso de São Paulo, as projeções mostram que a partir de 2040 o déficit vai começar a cair. Se não fosse a previdência complementar, ele seria crescente e, até lá, o estado já teria quebrado.

NO RIO, ALÍQUOTA DE 14%

Nem mesmo quando o cenário é de entrada imediata de recursos nos cofres estaduais para aliviar o déficit previdenciário governantes têm tomado iniciativas para propor mudanças. Dentro do grupo de estados que praticam a menor alíquota permitida por lei (11%), mesmo tendo rombo na Previdência e a possibilidade de subi-la até 14%, a maioria está pendurada na Lei de Responsabilidade Fiscal por gastos com pessoal (ativo e inativo) acima dos limites permitidos.

No Rio Grande do Norte, um projeto que aumentaria a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14% foi enviado à Assembleia no ano passado, mas acabou sendo retirado por falta de apoio político. O estado compromete hoje 72,1% da sua receita corrente líquida com pessoal — o máximo permitido pela LRF é 60%. Entre outros estados que extrapolaram o teto estão Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Acre.

No estado do Rio, o aumento da contribuição para 14% só foi possível depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou uma decisão que havia suspenso a mudança a pedido de sindicatos de servidores públicos.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 09/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Às vésperas de parecer, deputados querem dividir desgaste da Previdência com governadores

Líderes partidários não têm consenso sobre incluir estados e municípios na proposta

9.jun.2019 às 20h29

Daniel Carvalho
Brasília

Às vésperas da apresentação do parecer com alterações na proposta da [reforma da Previdência](#), o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ), reuniu na noite deste domingo (9) líderes partidários e o relator da comissão especial, Samuel Moreira (PSDB-SP) para ajustes finais.

Compareceram líderes de nove partidos (PRB, PSC, Patriota, PSDB, PL [ex-PR], DEM, PP, MDB e PTB), mas nenhum das siglas que costumam votar com governo, como [PSL](#) e Novo. Os líderes do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), e no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), não haviam aparecido até a publicação deste texto.

O presidente da comissão especial que analisa a proposta, Marcelo Ramos (PL-AM), também não compareceu. Alegou ter uma audiência pública sobre Previdência na manhã desta segunda-feira (10), no Maranhão.

O encontro foi convocado para que Moreira apresente uma versão mais acabada de seu relatório aos líderes e para a discussão de pontos que ainda geram polêmica e podem ser alterados. Entre eles, vinculação ou não da pensão por morte ao salário mínimo e regras do abono salarial e de transição para quem já está próximo de se aposentar.

Mas o principal impasse é político e não há consenso: a inclusão de estados e municípios no texto da reforma que será apresentado no início da semana. [Governadores e prefeitos não querem](#) ter que fazer alterações em seus redutos, mas deputados também não desejam arcar sozinhos com o ônus político de alterar as regras para servidores estaduais e municipais.

O líder da maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), chegou à reunião na residência oficial da Presidência da Casa cobrando que os governadores revertam o apoio à reforma em votos. "Fica muito difícil explicar um governador que é a favor da reforma, mas que a base dele vota contra. Definido o texto, o fundamental é traduzir este desejo que os governadores estão externando em votos", disse Ribeiro.

Já o líder do PL (ex-PR), Wellington Roberto (PB), defendeu na chegada que assembleias legislativas e câmaras de vereadores definam as próprias regras, compartilhando o ônus político. "Os governadores têm de fazer a parte deles. Todo mundo tem de ter o ônus e o bônus. As assembleias têm de fazer o seu papel junto com o governo do estado", disse o deputado. Samuel Moreira passou todo o fim de semana reunido com consultores legislativos e técnicos do Ministério da Economia. Segundo o vice-presidente da comissão, Sílvio Costa Filho (PRB-PE), disse que o relatório de Moreira deve ser apresentado na terça-feira (11), após a reunião com governadores, em Brasília.

Tribuna

Déficit das previdências vai explodir

O resultado previdenciário dos estados está piorando desde 2009 e, se seguir no mesmo ritmo, o número de servidores inativos deve superar o de ativos dentro de alguns anos, até se estabilizar em 152% do número de ativos na década de 2060. É o que mostra reportagem do G1.

Confira quanto o governo prevê que cada estado economizará com a reforma da Previdência.

A conclusão é do estudo "A Situação das Previdências Estaduais", publicado na segunda-feira (3) pelo Instituto Fiscal Independente (IFI), vinculado ao Senado Federal. O relatório reúne dados de diversos outros estudos para analisar a situação da Previdência Social nas 27 unidades da federação de 2006 a 2017.

Os dados consideram a reposição de todos os servidores que se aposentam, mantendo assim a quantidade de funcionários constante.

"Como resultado, em 2060, o déficit previdenciário seria quatro vezes maior em termos reais do que o verificado em 2013", explica o relatório. "Esse déficit aumentaria 3,8% ao ano, em média, em termos reais até 2050 ou 5,3% e 4,3% até 2030 e 2040, respectivamente."

Atualmente, 5 estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo) gastam mais com servidores aposentados do que com aqueles na ativa.

Os números do estudo do IFI mostram que o déficit previdenciário dos estados cresceu significativamente de 2009 a 2015, passando de R\$ 47,92 bilhões em 2008 para R\$ 77,39 bilhões, em 2015, uma alta de 50,7% em valores corrigidos a preços de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente por conta de dois fatores:

Mais aposentadorias: o número de servidores estaduais inativos cresceu 37,9% no período 2006 a 2015, enquanto o número de ativos caiu 3,4%.

Benefícios mais altos: o valor do benefício médio pago aos inativos cresceu 32,7% em termos reais no período, fruto, em grande medida, do aumento de 50,8% do valor da remuneração média dos servidores ativos.

De 2009 a 2015, a piora aconteceu em todos os estados, exceto Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Isso ocorre porque ainda não há grande pressão das aposentadorias nos orçamentos desses estados, que são relativamente novos.

COMPARATIVO DOS ESTADOS

A análise de quanto o déficit representa em relação à receita líquida mostra como o cenário se deteriorou rapidamente.

Em 2006, 11 estados (AL, CE, ES, GO, MS, PA, PE, PI, PR, RN e SC) tinham déficit previdenciário superior a 13% da receita corrente líquida e apenas um (RS) tinha déficit maior que 19,5% da receita.

Em 2015, a situação se agravou: eram 14 estados (AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI e SP) com déficit superior a 13% da receita e três (SC, MG e RS) maior de 19,5% da receita.

Tribuna

Presidentes de Assembleias discutem mudanças na Previdência

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Presidentes das Assembleias Legislativas do Nordeste discutiram ontem, em Salvador, demandas regionais na busca de uma posição unificada e forte para mitigar a crise econômica. A IV Reunião dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Nordeste (ParlaNordeste) aconteceu no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia, culminando na assinatura da Carta de Salvador - que será encaminhada aos presidentes da Câmara e do Senado, à bancada federal nordestina, bem como aos setores competentes da administração pública. O anfi-

trião do encontro, deputado Nelson Leal (PP), falou sobre os pontos principais discutidos. "Estamos batendo muito firme em dois pontos que achamos essenciais, que é a reforma da Previdência porque ela é importante, mas não pode ser paga pelos mais pobres, e o pacto federativo", declarou, antes do evento.

Na pauta, além dos dois temas centrais da discussão política nacional, também foram discutidos os preços abusivos das passagens aéreas e as TVs e rádios legislativas. O desenvolvimento regional e fortalecimento de órgãos e instituições fomentadoras também fizeram parte das ações propostas a partir dos debates realizados em Salvador. Ainda sobre a Previdência, Leal destaca quatro pontos que

devem ser alterados na proposta original enviada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). "Primeiro mexer com a aposentadoria do trabalhador rural. Segundo, diminuir o BPC [Benefício de Prestação Continuada] de um salário para R\$ 400. Se fizer isso, é condenar o pobre à miséria eterna", avalia, e continua. "[Somos contra] a desconstitucionalização, porque você tira um direito que nós conquistamos com tanta dificuldade na Constituição de 1988. E, por último, a capitalização, eu acho que ela é boa para os bancos e ruim para a população".

A carta foi assinada pelos presidentes Othelino Neto (MA), Nelson Leal (Bahia), Marcelo Victor (Alagoas), Adriano Gaidino



PRESIDENTES das Assembleias Legislativas do Nordeste discutiram ontem, em Salvador, uma posição unificada e forte para mitigar a crise econômica

(Paraíba), Themístocles Filhin (Piauí), Luciano Bispo (Sergipe) e José Sarto (Ceará). "Após intensos debates, deliberadamente os presentes ao encontro pela imperiosa necessidade de apoio à reforma da previdência, com a inclusão dos Estados, sem o que se torna extremamente dificultada a retomada do crescimento econômico, além de comprometer as próprias administrações estaduais, uma vez que em todas estas se registra significativo déficit previdenciário em relação aos servidores, o que se reflete ainda na saúde e as-

sistência social", informa a carta, no início. "Em relação ao pacto federativo, mais uma vez se ressalta a importância do pleno apoio de todos à PEC 47/2012, que já se encontra pronta para votação em plenário no Senado, o que reforça ainda mais essa necessidade de um posicionamento firme de todas as Casas Legislativas Estaduais, para que tenhamos enfim ampliada a nossa capacidade de legislar, atendendo com mais presença e objetividade as nossas comunidades, hoje em muito comprometida pela excessiva concentração de

competências legislativas no Congresso Nacional", diz outro trecho.

Os legisladores defendem a "ampliação e modernização" dos meios de comunicação das Casas, "dada a firme convicção de todos quanto à necessidade de uma interação cada vez mais intensa dos legislativos com a sociedade, propiciando a esta inclusive um controle social mais efetivo e aumentando

a transparência das atividades parlamentares". Defendem também a inserção das grades de programação nos sistema de TV por assinatura, de forma simultânea.

No parágrafo que fala sobre o preço das passagens aéreas, "foram unânimes as declarações de repúdio aos recentes e injustificáveis aumentos de valores, em grave prejuízo para a população brasileira". A carta também reforça "a firme convicção da necessidade de união e participação de todos os Legislativos Estaduais Nordestinos na defesa dos nossos interesses regionais, conscientes de que os problemas que afligem o povo do Nordeste são de natureza comum a todos os Estados".

Tribuna

Pela Previdência, Guedes ouve nomes da 'velha política'



PAULO GUEDES vai ao Congresso buscar votos para aprovar reforma e recolhe 'lamentações' de parlamentares, que temem pauta impopular

O ESTADO DE S. PAULO

Era para ser apenas mais um café da manhã na rotina do ministro da Economia, Paulo Guedes, no hotel onde ele "mora" quando está em Brasília, no meio da semana. Ao lado de sua mesa, porém, um rosto conhecido lhe chamou atenção. Sozinho, o ex-chefe da Casa Civil de Michel Temer, Eliseu Padilha, famoso pela habilidade em lidar com os humores e votações do Congresso, fazia seu desjejum. Padilha logo acenou: "Lembra de mim?". Guedes não hesitou e foi até o "homem da planilha" pedir conselho: "Com quem devo falar no Congresso para aprovar a

reforma da Previdência?" Padilha nem precisou refletir. Abriu o manual da "velha política" e foi direto: "Procure os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Eduardo Braga (MDB-AM) e o deputado Arthur Lira (PP-AL)." Guedes ouviu, assentiu com a cabeça, agradeceu e foi embora.

O encontro ocorreu em uma quarta-feira, 29 de maio. O ministro já tinha jantado com Renan e conversado duas vezes com Braga, em reuniões da bancada do MDB. Dias após receber a dica de Padilha, o titular da equipe econômica também teve uma reunião com parlamentares do PP de Lira. Guedes conheceu Renan no

fim do ano passado, em Brasília. De lá para cá, os dois trocam "diagnósticos". O ex-presidente do Senado, no entanto, não assegura apoio integral às mudanças na aposentadoria propostas pelo governo. A cautela marca, ainda, o discurso de Braga e Lira sobre o assunto. "Eu não tenho a pretensão de ser conselheiro do Paulo Guedes", disse Renan ao Estado. "Não é possível fazer uma única reforma, nem dá para cobrir o déficit fiscal com a economia desabando", emendou. Irônico, o senador afirmou que, antes de tudo, o governo precisa mesmo é ir atrás do apoio da bancada do PSL, partido do presidente Jair

Bolsonaro. "Em um cenário desses na política, que papel é reservado à oposição?", provocou ele, na quarta-feira, ao assistir a um bate-boca entre o senador Major Olímpio (SP), que comanda a bancada do PSL, e a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), líder do governo no Congresso.

Adversário de Renan, Lira disse que, após a conversa de Guedes com deputados do PP, muitas dúvidas foram resolvidas. "Tenho mantido contatos diários com Rogério Marinho (secretário especial da Previdência e do Trabalho). Ninguém está mais atualizado do que ele", afirmou o líder do PP na Câmara.

Relator da reforma se reúne com técnicos para fazer ajustes na proposta em tramitação

TV GLOBO — BRASÍLIA

O relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), passou o sábado (8) em reunião com consultores da Câmara e secretários da Previdência no Ministério da Economia. Eles fizeram simulações sobre o impacto financeiro de ajustes que o relator vai propor em relação ao texto original da reforma, encaminhado pelo governo para mudar as regras de aposentadoria. Trata-se de uma conta complicada porque, mesmo com as alterações, Samuel Moreira não quer diminuir a estimativa da

equipe econômica de seguir, com a reforma, uma redução de gastos de cerca de R\$ 1 trilhão em 10 anos. O relator não falou com jornalistas no sábado, afirmou apenas que o trabalho "avançou bem" durante o dia.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, também esteve no Ministério da Economia no fim da tarde de sábado. Nas conversas que teve com vários partidos nesta semana, Samuel Moreira sinalizou que deve alterar alguns pontos da reforma, entre os quais: o que reduziu o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos

de baixa renda, regras da aposentadoria rural, mudança do pagamento do abono salarial. O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), esteve no Palácio da Alvorada e disse que o presidente Jair Bolsonaro está "confiante" na aprovação da reforma e que considera "natural" que deputados e senadores queiram fazer mudanças no texto.

"Tenho certeza que os aperfeiçoamentos que os 513 deputados e os 81 senadores têm a fazer ao texto vão prover a sociedade brasileira de uma Previdência que será, certamente, mais sustentável, justa e equilibrada para

os nossos filhos e netos", afirmou o parlamentar.

O relator da reforma iria ontem se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir os próximos passos para a apresentação e votação do texto na comissão especial que analisa o tema. A tendência é que ele apresente o parecer só na próxima terça-feira (11), depois da reunião do Fórum de Governadores, que vai acontecer em Brasília. Os governadores defendem a manutenção dos servidores estaduais e municipais na reforma, mas muitos deputados são contrários a essa proposta.



SAMUEL MOREIRA se encontrou com consultores da Câmara e secretários da Previdência para simular impactos de possíveis mudanças. Relatório pode ser apresentado nesta terça (11).

Presidente revisou texto do pacto dos poderes e fez sugestões



ONYX LORENZONI diz que o presidente Jair Bolsonaro está preocupado em buscar um "grande entendimento" para que o País possa sair da crise

AGENCIA ESTADO

Após reunião com Jair Bolsonaro na manhã de ontem, na Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o presidente "revisou mais uma vez o texto" do "Pacto entre Poderes" e fez "algumas sugestões". A assinatura do texto, explicou, depende agora de uma nova conversa com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre

(DEM-AP), e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli. "Ao longo do dia eu conversei com o presidente Rodrigo Maia, com o presidente Davi Alcolumbre e amanhã devo voltar a conversar com o ministro Toffoli para a gente ver se nesta semana ou na próxima a gente consegue fazer a assinatura do pacto", disse a jornalistas.

O Estadão mostrou na última semana que, sem acordo sobre o conteúdo da proposta, o Palácio do Planalto decidiu adiar a cerimônia, que estava prevista para esta segunda-feira. Na avali-

ação de Maia, o documento em defesa das reformas acabou rotulado como "pauta do governo". O texto também sofre resistências de líderes de partidos. Além disso, a participação de Toffoli tem sido alvo de críticas porque, na avaliação de alguns magistrados, fere a independência do Judiciário. Na lista constam a reforma da Previdência - com um sistema "sustentável, eficiente e fraterno" -; a "modernização" tributária, a desburocratização das rotinas administrativas, a repactuação federativa e o combate ao crime - "nas ruas

e nos gabinetes" -, à corrupção e aos privilégios.

Segundo Onyx, o presidente Jair Bolsonaro está preocupado em buscar um "grande entendimento" para que o País possa sair da crise. "O pacto é um grande acordo no sentido de fazer com que, de maneira harmônica, os poderes possam atuar e trabalhar, cada um dentro da sua especificidade, sem haver interferência nenhuma de um poder no outro, no sentido de, juntos, fazermos um esforço nacional de resgatar o Brasil desse momento difícil", disse.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/06/2019	Coluna: Economia



REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE SUBIR IMPOSTO DE BANCO



9 Junho, 2019

A equipe que trabalha na elaboração do relatório da reforma da Previdência estuda aumentar a tributação sobre bancos como forma de arrecadar mais para os cofres públicos. A ideia em análise prevê a retomada de uma medida econômica adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, quando ela tentou fazer um ajuste nas contas públicas, informa a Folha de S. Paulo.

Segundo a publicação, Dilma subiu a alíquota da CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) de bancos de 15% para 20%. Mas essa taxa extra perdeu a validade em 31 de dezembro do ano passado. Ao prever novamente uma taxa de 20%, a expectativa é que o governo possa arrecadar por volta de R\$ 5 bilhões por ano.

No começo de maio, o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), declarou que, além de estudar as medidas previstas na proposta de endurecimento das regras de aposentadorias, também poderia propor maneiras de obter mais recursos que reduziriam o rombo previdenciário.

Uma dessas sugestões em estudo é o aumento da tributação sobre o lucro de bancos, que, na avaliação de pessoas envolvidas na elaboração do relatório, não deveria ter expirado. Dilma elevou a taxa por medida provisória. Mas o plano em discussão é incluir a nova alíquota na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 09/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro diz que oposição terá culpa se benefícios de mais pobres forem cortados

Presidente fez apelos pela aprovação de crédito extra de R\$ 248 bilhões

9.jun.2019 às 14h40 Atualizado: 9.jun.2019 às 17h26

São Paulo e Brasília

O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a aprovação de um [crédito extra](#) para o governo de R\$ 248 bilhões neste domingo (9) e disse, para justificar a medida, que a receita da União está "bem abaixo do previsto." "Se não aprovar [o crédito extra], teremos problemas", disse Bolsonaro, ao chegar no Palácio da Alvorada, em Brasília.

Recursos para aposentadorias e programas sociais também faltariam nos próximos meses, segundo o presidente. "Não é que eu não queira pagar [os benefícios], é que não vai ter dinheiro", disse Bolsonaro, enquanto cumprimentava apoiadores.

Questionado se o dinheiro para esses benefícios já não estão previstos no Orçamento, Bolsonaro respondeu: "estão, mas a receita está bem abaixo do previsto." O presidente também usou as redes sociais neste domingo para fazer um apelo pela aprovação do [crédito extra](#).

"A oposição está trabalhando para inviabilizar o [pagamento de beneficiários](#) do Bolsa Família, idosos com deficiência, Plano Safra e PRONAF. Para alcançar seus objetivos vale até prejudicar os mais pobres", diz a publicação, que traz a imagem do deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP).

Sem o crédito suplementar, a [suspensão do pagamento de benefícios](#) a idosos e pessoas com deficiência seria feita no próximo dia 25, disse Bolsonaro em uma publicação feita no sábado (8). Recursos para programas como Bolsa Família também faltariam nos próximos meses.

O PLN (projeto de lei do Congresso Nacional) de número 4 deveria ter sido votado na semana passada, mas ainda não foi aprovado nem mesmo na CMO (Comissão Mista de Orçamento). Na última quarta-feira (4), o governo tentou votar o texto na comissão para já levá-lo ao plenário na sessão do Congresso Nacional daquele dia. Mas a oposição bloqueou a votação, adiando a apreciação do PLN 4 tanto na CMO como na sessão que reúne deputados e senadores em plenário na terça (11).

Dados obtidos pela **Folha** mostram que cerca de 400 mil idosos carentes dependem do benefício assistencial no estado de São Paulo. Estados de oposição a Bolsonaro, como a [Bahia](#), também podem ser bastante afetados: 200 mil recebem o BPC.

Tribuna

Sem aprovação, Bolsonaro diz que benefícios serão suspensos próximo dia 25

REUTERS E AGENCIA ESTADO

O presidente Jair Bolsonaro disse que a não aprovação pelo Congresso Nacional de um projeto do governo que pede crédito suplementar fora da "regra de ouro" levará à suspensão "já no próximo dia 25" de pagamentos de benefícios a idosos e pessoas com deficiência. "Nos meses seguintes faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa Família, Pronaf, Plano Safra", afirmou o presidente, em mensagem publicada em sua conta oficial no Twitter no sábado.

"Acredito na costumeira responsabilidade e patriotismo dos deputados e senadores na aprovação urgente da matéria", acrescentou Bolsonaro.

No final de maio, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que o projeto do governo que pede o crédito suplementar precisaria ser aprovado pelos parlamentares até meados de junho, entre os dias 14 e 16, para não prejudicar o fluxo de pagamento de gastos do governo. Uma hora após as mensagens publicadas por Bolsonaro, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também se ma-

nifestou no Twitter sobre o projeto do governo, que pede autorização para um crédito suplementar de 248,9 bilhões. O projeto é necessário para que o governo cumpra a regra de ouro, um dispositivo da Constituição que proíbe que a União realize operações de crédito que superem o montante de despesas de capital do Orçamento anual.

Isso significa, na prática, que o governo não pode contrair dívidas para pagar despesas correntes para manutenção da máquina pública. Essa regra, no entanto, pode ser contornada com autorização expressa do Congresso. "Muito bom o presi-



JAIR BOLSONARO diz que a não aprovação do projeto que pede crédito suplementar levará à suspensão de pagamentos a idosos e pessoas com deficiência.

dente Jair Bolsonaro, enfim, ter mostrado preocupação com este tema", afirmou Maia no Twitter. Ele afirmou ainda que a matéria, enviada pelo governo em 11 de março, "já faz parte da preocupação do Congresso desde o início do ano". Em outras mensagens, Maia defendeu o Congresso, ao afirmar que os parlamentares já aprovaram "projetos fundamentais" e também rejeita-

ram "projetos que faziam mal ao Brasil". "Até agora, alguns programas do governo estão parados, mas não pelo atraso na aprovação de algum projeto de lei", acrescentou Maia. As discussões sobre o projeto que trata do crédito suplementar devem ser retomadas na terça-feira na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

OPOSIÇÃO - "Para al-

cançar seus objetivos vale até prejudicar os mais pobres", escreveu o presidente em sua conta na rede social, citando uma publicação em que o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) comemorou a obstrução. A Comissão suspendeu a sessão marcada na quarta-feira, 5, para votar o crédito extra de R\$ 248,9 bilhões que o governo solicitou ao Congresso. A reunião foi interrompida para uma tentativa de acordo entre deputados e senadores, que conversam a portas fechadas na sala da presidência do colegiado. A oposição tenta derrubar a votação por meio de obstrução e exige do governo a garantia de R\$ 11 bilhões para recompor orçamentos da Educação e do Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

Após se encontrar com Bolsonaro neste sábado no Palácio da Alvorada, uma das residências oficiais da Presidência, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), disse a jornalistas que há uma preocupação do governo com o PLN 4, que autoriza o governo a obter crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para saldar despesas correntes.

Tribuna

Brasileiros já pagaram R\$ 1,1 trilhão em impostos este ano

Os brasileiros já pagaram R\$ 1,1 trilhão em impostos desde o início de 2019. O valor foi atingido na manhã deste domingo (9), segundo cálculo do Impostômetro, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O valor corresponde ao total pago para a União, estados e municípios na forma de impostos, taxas, multas e contribuições. Veja o especial "Quanto pagamos de impostos". É o que mostra reportagem do G1.

"O Brasil tem uma das cargas tributárias mais altas do mundo, equivalente ou até superior à carga de nações desenvolvidas. Embora tenha uma tributação de primeiro mundo, o Brasil não faz com que esse dinheiro retorne à população por meio de serviços essenciais e políticas públicas de qualidade", comenta Marcel Solimeo, economista da ACSP.

Em 2018, o Impostômetro superou a

marca de R\$ 2,3 trilhões em impostos pagos pelos brasileiros no ano.

Estimativa do Tesouro aponta que carga tributária subiu para 33,5% do PIB em 2018, maior em 9 anos

O IMPOSTÔMETRO

O impostômetro foi criado em 2005 e busca estimar o valor total de impostos, taxas, contribuições e multas que a população brasileira paga para a União, os estados e os municípios.

O total de impostos pagos pelos brasileiros também pode ser acompanhado pela internet, na página do Impostômetro (www.impostometro.com.br). Na ferramenta, criada em parceria com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), é possível acompanhar quanto o país, os estados e os municípios estão arrecadando com tributos e também saber o que dá para os governos fazerem com todo o dinheiro arrecadado.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Angelo Coronel

MP 871: Combate à fraude ou prejudica os mais pobres?

Na última quarta-feira, dia 5, a TV Bahia exibiu em seu noticiário matinal reportagem mostrando a realidade dos idosos que pais afóra precisam provar ao INSS que estão vivos, para continuarem a receber seus benefícios. Em Medeiros Neto, uma mulher de 80 anos teve que ir de ambulância a uma agência do Banco do Brasil para a chamada 'prova de vida', exigência da Previdência Social quando algum burocrata, sabe-se lá por qual

motivo, desconfia que determinado benefício pode estar sendo pago indevidamente. A idosa não recebeu o dinheiro em 31 de maio, dia do pagamento, e nem depois. A família entrou em contato com a agência do Banco do Brasil, que ficou de mandar um funcionário à casa da segurada. Como ninguém apareceu, o jeito foi a família alugar uma ambulância e levar a senhora à agência, pois ela sofre de problemas sérios de locomoção e já não tinha mais como pagar as contas e comprar remédios.

Essa situação absurda passará a acontecer com mais frequência depois que o Senado aprovou a Medida Provisória 871, com a qual o Governo Federal alega que vai combater fraudes na Previdência Social. Tendo se tornado lei com a aprovação, a MP exige prova de vida anual de quem recebe benefício do INSS. Ou seja, uma vez por ano o segurador, na maioria idosos, andando ou não, terá que ir ao bancoprovador que está vivo e que precisa, e muito, daquele dinheiro para sobreviver. Imagine, então, quantas ambulâncias terão que ser alugadas, a exemplo do que aconteceu esta semana em Medeiros Neto.

De forma alguma sou contra o combate à fraude na Previdência Social, mas votei contra a MP porque é

muito claro que o Governo, com essa Medida Provisória, antecipa uma reforma que vai prejudicar os mais necessitados, especialmente os idosos pobres que recebem o Benefício de Prestação Continuada, e os trabalhadores rurais. Estes últimos, de acordo com a vontade do Governo validada pelo Congresso, não terão mais o amparo dos sindicatos para dar entrada no pedido de aposentadoria, um processo cujas exigências burocráticas nem sempre são de fácil compreensão para as pessoas mais humildes, mas que eram resolvidas com mais agilidade a partir da intermediação sindical. A nova Lei prevê que o INSS pode firmar convênios com as prefeituras na concessão de aposentadorias rurais. Ora! Se os sindicatos

estão sendo aliados do processo porque se quer combater fraudes, qual a garantia que se tem de que nas prefeituras haverá 100% de lisura? O que fica para nós é que o Governo quer enfraquecer os sindicatos, que, não sendo perfeitos, ainda são a principal forma de representação dos trabalhadores, especialmente no meio rural.

A MP 871 teve meu voto contrário não apenas por seu conteúdo, mas pela forma como chegou ao Senado para ser analisada, discutida e votada. Não é possível que nós, senadores, tenhamos tido apenas cerca de 72 horas para decidir sobre o assunto, como aconteceu nessa votação e como está se tornando tradição nos últimos anos no Senado da República. A Câmara dos

Deputados fica o tempo que quer e bem entende com a MP e quando a matéria já está praticamente perdendo a validade, vem então para as mãos do Senado, para aprovarmos no que chamo de afogadilho. No caso da MP, devido ao prazo, não havia como aprovar certos pontos e rejeitar outros, senão ela teria que voltar para as mãos dos deputados e caducaria em poucas horas. Então, para não aprovar o que prejudica o trabalhador, decidi rejeitar a matéria e chamar a atenção de que o rito das MPs precisa mudar urgentemente, porque o Senado definitivamente não é casa carimbadora das vontades de deputados e do Presidente da República.

*Angelo Coronel é senador da República pela Bahia.

Tribuna

Inflação oficial desacelera e fica em 0,13 por cento em maio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,13% em maio, o que representa uma desaceleração ante a taxa de 0,57% de abril, segundo divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o menor resultado para um mês de maio desde 2006 (0,10%). Trata-se também do índice mensal mais baixo do ano até o momento, refletindo principalmente a descompressão dos preços do grupo de alimentação e bebidas, que voltou a apresentar deflação.

A baixa inflação está relacionada à desaceleração do crescimento do país: com a demanda em queda, os preços tendem a recuar. É o que mostra reportagem de Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1.

Nos 4 primeiros meses do ano, porém, a inflação acumulada é de 2,22%, a maior taxa para o período desde 2016, quando ficou em 4,05%.

Em 12 meses, o índice acumulado recuou para

4,66%, abaixo dos 4,94% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Apesar da desaceleração, a taxa ainda permanece acima da meta central de inflação do governo para 2019, que é de 4,25%.

O resultado veio abaixo do esperado pelo mercado. Mediana das projeções de consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data era de uma taxa de 0,20% em maio. Para 12 meses, a expectativa era de alta de 4,73%.

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, 4 registraram deflação em maio. A principal contribuição para a desaceleração índice geral veio de "Alimentação e bebidas" (-0,56%), após uma alta de 0,63% em abril. Só este grupo respondeu por um impacto de -0,14 ponto percentual (p.p.) na inflação do mês.

Do lado das altas, as maiores pressões vieram dos grupos "Habitação" (0,98%), com impacto de 0,15 p.p. no índice geral, e "Saúde e cuidados pessoais" (0,59%), com impacto de 0,07 ponto percentual.

10/06/2019 - 05:00

Fazenda paulista nega crédito de ICMS sobre sacolas plásticas

Por Arthur Rosa

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo entendeu que as sacolas plásticas distribuídas gratuitamente a consumidores não podem ser consideradas insumo e, portanto, não geram créditos de ICMS. O posicionamento consta na Decisão Normativa nº 4, da Coordenadoria da Administração Tributária (CAT), publicada no dia 31.

O texto trata especificamente de supermercados - que, na capital paulista, normalmente cobram pelo produto. Porém, segundo advogados, serve de alerta para outros segmentos que distribuem sacolas plásticas para o transporte dos produtos comercializados, como farmácias e lojas de materiais de construção.

Pelo entendimento da Fazenda paulista, só pode ser considerada insumo a embalagem consumida pelo fabricante no processo industrial, ou seja, "aquele que se agrega à mercadoria produzida, integrando-se a ela". "Não faz parte desse conceito o material de embalagem disponibilizado no momento da venda", diz a decisão.

Pelo texto, as sacolas plásticas "são itens de mera conveniência, pois os produtos poderiam ser vendidos sem seu fornecimento. Portanto, são materiais de uso e consumo, contabilmente correspondentes a despesa de vendas".

Para justificar o posicionamento, a Fazenda paulista cita no texto decisão do Superior Tribunal de Justiça neste sentido (AgRg no REsp 1393151). O relator do caso, que envolve um contribuinte mineiro, é o ministro Humberto Martins.

Em seu voto, ele afirma que "somente é possível classificar as alegadas sacolas plásticas como bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento, pois não têm essencialidade na atividade empresarial da contribuinte, sendo inclusive, prescindíveis, pois configuram mero regalo posto à disposição dos consumidores".

A decisão, segundo Douglas Rogério Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria, mostra uma visão restrita do governo paulista. As sacolas, acrescenta, têm uma função de transporte e se o comerciante não ofertá-las pode perder vendas. "Se não vendo, não gero impostos para o Estado", diz. "O consumidor normalmente não tem o hábito de levar sacola."

Outra consequência do entendimento da Fazenda Paulista, afirma o consultor, é um possível aumento de preços. "Esse crédito negado vira um custo, que pode ser repassado para os preços nos supermercados", diz.

As sacolas, segundo o advogado Júlio de Oliveira, do Machado Associados, já estão, na prática, embutidas no preço dos produtos comercializados. "Portanto, não são gratuitas e deveriam gerar créditos do imposto estadual", afirma. Ele lembra que o mesmo entendimento, contrário ao contribuinte, foi aplicado pelo Estado para as chamadas bonificações de produtos dadas aos consumidores nos supermercados.



Douglas Rogério Campanini: "Esse crédito negado vira um custo, que pode ser repassado para os preços nos supermercados"

10/06/2019 - 05:00

Efeitos da exclusão da repatriação

Por Pierpaolo Cruz Bottini e Flavio Luiz Yarshell



O programa de repatriação instituído em 2016 trouxe alívio e desconfiança. Alívio porque permitiu que contribuintes com dinheiro não declarado no exterior pudessem acertar suas contas com o Fisco e afastar a ameaça de processo por evasão de divisas, falsidade e outros delitos. Desconfiança diante de uma sensação de que o Estado poderia usar de forma inapropriada as declarações de bens.

A princípio, não havia razão para insegurança. A lei da repatriação previu que a declaração não pode ser usada como único indício para apurações criminais ou para fundar procedimentos administrativos em relação aos recursos nela constantes. Ou seja, o contribuinte aderente ao programa está protegido de investigações, a não ser que elementos externos indiquem a ilicitude na origem dos bens.

Ainda há dúvida acerca da extensão dessa regra, mas uma situação merece maior reflexão: o caso dos contribuintes que ingressaram no programa sem os requisitos para tal, como os políticos ou condenados pelos crimes anistiados pela lei. Constatado o vício, o contribuinte é excluído do programa e perde os benefícios. Pode ser processado pela evasão de divisa, crime fiscal e lavagem de dinheiro.

Toda informação trocada entre as partes nesse ambiente está protegida pela confidencialidade. Do contrário, não haveria estímulo para a transação

Nesses casos, pode o Estado usar das informações contidas na declaração para processar o contribuinte? Os dados apresentados sobre números de contas no exterior, sua localização e valor podem servir de base para investigações ou o poder público terá de descartar tais documentos e partir do zero para apurar eventuais delitos?

A repatriação é uma convenção entre o Estado e o contribuinte, programada para produzir efeitos substanciais e processuais: o último informa seus ativos no exterior e se propõe a pagar os tributos correspondentes; enquanto o primeiro reconhece a regularidade fiscal e a anistia criminal. Aí, reside o sinalagma do negócio, essencialmente bilateral.

Se constatado, em momento posterior, que ao contribuinte faltavam os requisitos para o ingresso no programa, de duas uma: ou se pode dizer que o negócio jurídico não chegou a se consumar, dado que não a proposta de adesão não foi aceita; ou pode-se dizer que, tendo o negócio nascido com a adesão do contribuinte (tomando-se aí a instituição do programa como uma oferta dirigida aos contribuintes), há um fato superveniente que afeta a base objetiva do contrato, fulmina o respectivo sinalagma e inviabiliza sua continuidade.

Qualquer que seja a qualificação jurídica da situação figurada, o certo é que não há produção dos efeitos programados pela lei para o negócio; nem para o Estado e nem para o contribuinte. Frustrada a possibilidade de se proporcionar o benefício previsto pela lei, as informações prestadas pelo contribuinte, exclusivamente com base na expectativa daquele resultado (que se mostrou inviável), se tornam inutilizáveis para o poder público. As informações são ofertadas apenas na perspectiva da contrapartida dos benefícios fiscais e penais. Se essa contraprestação é recusada pelo Fisco, não pode haver aproveitamento de uma prestação - a que favorece o Estado e desfavorece o cidadão - sem a correspondente contraprestação. Há, aliás, inegável analogia com situações de colaboração premiada, convenção igualmente bilateral e sinalagmática.

A tal conclusão se chega não apenas pela teoria da formação dos contratos, mas pela prevalência da regra segundo a qual os contratantes são obrigados a guardar os princípios de probidade e de boa-fé também no momento de conclusão do contrato: a oferta de informações não pode ser vista como uma confissão espontânea porque o comportamento do contribuinte se dá na crença de que será anistiado. Em se tratando de relação entre contribuinte e Fazenda Pública isso é tanto mais evidente, pela necessária observância dos princípios da confiança legítima e da segurança jurídica.

Não bastasse isso, o programa em questão estabelece procedimento cujo escopo é a resolução consensual de um litígio. Assim, toda informação trocada entre as partes nesse ambiente está protegido pela confidencialidade. Do contrário, não haveria estímulo para a transação, obstada pelo temor e pela desconfiança de uma parte em revelar fatos que poderiam ser empregados contra si própria.

Isso tudo naturalmente não significa a imunidade do contribuinte. O Estado poderá buscar informações sobre seu patrimônio não declarado por outras vias, por cooperação internacional ou pela troca de informações. Mas não lhe será possível fazer isso com base na declaração pretérita. Qualquer uso, explícito ou implícito, dos dados oferecidos pelo contribuinte será ilícito e, portanto, absolutamente inválido e ineficaz.

Em suma, o contribuinte excluído do programa tem o status de qualquer outro que não aderiu à proposta. Está desprotegido de incursões penais decorrentes da não declaração, mas as informações prestadas não poderão ser base - inicial ou complementar - de qualquer investigação porque decorrentes de um acordo que não chegou a se consumar, ou que, se consumado, perdeu seu sinalagma e sua base objetiva. Pensar diversamente seria admitir que o Estado poderia agir de forma desleal, em atentado à segurança jurídica e à confiança legítima.

Pierpaolo Cruz Bottini e Flavio Luiz Yarshell são, respectivamente, advogado e professor de direito penal da Faculdade de Direito da USP; advogado e professor titular da USP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

10/06/2019 - 05:00

Cumprir regra de ouro será desafio para governo até 2022

Por

Sem acordo entre os parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso adiou para esta semana a votação do PLN 4/2019, que abre crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para a União pagar despesas sem descumprir a regra de ouro das contas públicas. O governo precisa da aprovação dessa medida para não ser responsabilizado pelo descumprimento do preceito constitucional que veda a emissão de dívida pública para bancar gastos correntes, como pagamentos de Previdência e pessoal.

Com o problema ainda sem solução, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica se aproximam de um momento no qual terão que decidir se continuam pagando algumas despesas, correndo o risco de processo até por crime de responsabilidade, ou se as paralisam, gerando grave transtorno social.

A questão para o atual governo foi a complicada negociação do ano passado entre o Planalto e o Congresso na elaboração do Orçamento de 2019. A peça aprovada estabeleceu que o pagamento das despesas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), parte da Previdência e Plano Safra ficaria vinculado à aprovação do crédito suplementar.

Da forma como foi escrito, não há escape juridicamente seguro que não seja o de obter a autorização de deputados e senadores para efetuar o pagamento dessas despesas. A alternativa de um crédito extraordinário, alegando emergência para evitar o "shutdown", pode até ser considerada, mas não sem risco de fortes contestações no Judiciário, dado que o requisito da imprevisibilidade da despesa não estaria contemplado nesse caso.

Apesar de ter revisado para R\$ 146,7 bilhões sua estimativa de insuficiência (déficit) na regra de ouro, a aprovação desse valor R\$ 100 bilhões inferior ao originalmente previsto não resolveria o drama dos gestores federais. É que o pagamento das despesas demandaria, nesse caso, a aprovação de outro projeto, como o **Valor** mostrou na semana retrasada, autorizando os gastos, que ficaram vinculados à aprovação do crédito.

Assim, ou o Congresso aprova o valor integral do crédito definido no Orçamento ou vota dois projetos, um com o valor menor para cobrir a insuficiência estimada pela área econômica e outro autorizando o gasto mediante remanejamento de recursos financeiros do Orçamento.

Com a confusa situação política do Congresso, nada garante que os deputados e senadores votarão a proposta. E a precária articulação política do governo tampouco permite apostas.

Conforme já assinalou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, sem aprovação do PLN 4 até o fim desta quinzena, o processo de paralisia de alguns programas e a suspensão de determinadas despesas já começam a se tornar realidade.

Os primeiros gastos que podem ser interrompidos são o Plano Safra (que faz parte da rubrica subsídios) e o BPC, cujas dotações orçamentárias estão se esgotando ao longo deste mês. Só o BPC ficará sem R\$ 30 bilhões de disponibilidade para despesa, em breve. Se isso não for pago, fará um enorme estrago na vida das pessoas que dependem da concessão para sobreviver, além de danos em uma economia cuja demanda já está bastante debilitada.

Parece impensável que o Congresso estique tanto a corda ao ponto de permitir que segmentos menos favorecidos da sociedade fiquem sem a garantia de sobrevivência. Mas, se isso acontecer, a responsabilidade tem que ser dividida com o Palácio do Planalto, que, em mais uma atitude de inépcia política, deixou atrasar tanto a negociação desse tópico absolutamente relevante.

É de se esperar que as disputas políticas e interesses menores fiquem de lado e os parlamentares solucionem o problema.

Faz-se necessário dizer, contudo, que esse episódio não encerra a questão do problema da regra de ouro. Documento do governo enviado ao Congresso mostra que, para 2020, a projeção de déficit é ainda maior: R\$ 264,9 bilhões. E continua alto, na casa de R\$ 150 bilhões, nos dois anos seguintes.

Essa regra fiscal, a única que busca o equilíbrio fiscal preservando o investimento público, precisa ser revista para se tornar um instrumento efetivo de melhoria do quadro fiscal em um país que terá o sexto ano seguido de déficit primário. Talvez caminhar para um modelo semelhante ao teto de gastos, com gatilhos para ajustar despesas obrigatórias, como chegou a ser cogitado pelo governo Temer.